



NOVOS TEMPOS EXIGEM UNIÃO

A FIRME CRENÇA
NO FUTURO
Ernane Galvêas

ENERGIA: O BRASIL
DÁ O EXEMPLO
Charles H. Percy

OS ÊXITOS DO
ESFORÇO
DE ADAPTAÇÃO
Oswaldo Colín

O EGOÍSMO
DIFICULTA
A COOPERAÇÃO
Abdulla A. Saudi

AINDA HÁ BONS
SINAIS NO HORIZONTE
Malcolm G. Wilcox

APRESENTAÇÃO
Mário Garnero

**NOVOS TEMPOS
EXIGEM UNIÃO**

NOVOS TEMPOS EXIGEM UNIÃO

ERNANE GALVÊAS

OSWALDO COLIN

MALCOLM G. WILCOX

CHARLES H. PERCY

ABDULLA A. SAUDI

MARIO GARNERO

APRESENTAÇÃO

APRESENTAÇÃO

O Brasilinvest registra, com satisfação, a realização do almoço de confraternização que, pela quarta vez, reúne banqueiros, industriais e autoridades públicas de países amigos, por ocasião do encontro anual do Fundo Monetário Internacional.

A necessidade de um crescente intercâmbio de idéias e informações entre os membros da comunidade mundial de negócios ficou mais uma vez evidenciada pela presença de cerca de 500 representantes de 30 nações. Somos agradecidos por sua honrosa participação.

Os oradores do almoço deste ano foram o ministro da Fazenda do Brasil, Ernane Galvêas, e o presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado dos Estados Unidos, Senador Charles Percy (Republicano-Illinois). Suas exposições abordaram temas de interesse comum do Brasil e das nações com as quais mantemos estreitos vínculos econômicos e financeiros, requerendo, por isso, reflexões de todos quantos trabalham em favor de relações duradouras, no contexto das sociedades de livre mercado.

A oração do senador Charles Percy, uma lúcida e corajosa análise da questão energética dos Estados Unidos, dá realce ao desafio aceito pelo Brasil nesse setor, ao criar e desenvolver o Programa do Alcool. De fato, a ênfase é justificada pelos próprios resultados já alcançados pelo Brasil na produção de um combustível alternativo ao petróleo.

As preocupações do senador Percy refletem, na verdade, a angústia da grande maioria das nações em face do dramático problema energético, cujo lado mais sério é o elevado custo econômico e social da importação de petróleo. Apenas para citar o caso do Brasil, vale lembrar que 50% das exportações anuais brasileiras em geral — manufaturados, semimanufaturados e matérias-primas —, se destinam a pagar a conta petróleo.

Os US\$ 10 bilhões despendidos anualmente pelo Brasil

na compra de óleo estão na origem do déficit do balanço de pagamentos brasileiro, de que se originam, por sua vez, conseqüências econômicas e sociais, como a inflação e o desemprego.

Estes são motivos suficientemente sólidos para atitudes de colaboração entre os países e, no âmbito empresarial, seus homens de negócios, intérpretes credenciados das aspirações por bem-estar das sociedades. O exemplo do Brasil é aqui a título apenas de referência, porquanto se tratam de obstáculos generalizados, que bloqueiam opções de política econômica até mesmo dos países industrializados.

O tema escolhido pelo ilustre presidente da Comissão de Relações Exteriores do Senado norte-americano, embora mais concentrado na apreciação da experiência do Proálcool realizada pelo Brasil, constitui uma exortação ao exame conjunto da questão energética, a nível de nações e na esfera das próprias empresas.

A esse respeito, me permitiria invocar a atenção dos investidores internacionais para as grandes oportunidades de mercado embutidas em programas de energia de fontes renováveis. Os horizontes dessa atividade, que combina a agricultura com a indústria, em diferentes estágios, e se estende ao ramo de serviços, estão ainda por ser efetivamente delineados. As conquistas do Brasil nesse setor são significativas, mas temos ainda um longo caminho a percorrer, o que se traduz na necessidade de aporte de capitais, pesquisa e aperfeiçoamento tecnológico, reestruturação das relações de produção agrícola e industriais. Chega mesmo ao plano da reformulação de hábitos do consumidor final.

Devemos lembrar sempre que o petróleo não é eterno. E mais: que as regiões de onde se origina reúnem, na grande maioria, condições potenciais de acidentalidade política, cujos desdobramentos ninguém pode prever. Tais circunstâncias históricas formam em si um panorama que deveria levar a todos a meditar acerca do futuro de nossos países sob o prisma da dependência energética.

Creio que, se existe uma matéria capaz de permitir algum tipo de formulação visionária — esta matéria é a energia.

É necessário, pois, ousar, mesmo ao risco de eventuais incompreensões, e de desvantagens iniciais de custo de produção de energia alternativa *vis a vis* o custo do petróleo, seja extraído internamente, seja o importado.

A adequada exploração dos recursos naturais de cada país, de maneira a evitar distorções de fundo nas relações econômicas internacionais, representa também um instrumento político de formidável repercussão sobre o destino das economias vinculadas aos ideais de liberdade do Mundo Ocidental e de países de outras regiões que comungam desses ideais.

A ameaça aos postulados da economia de mercado, os golpes contra as sociedades de livre iniciativa, têm provindo do quadro de pobreza subjacente em países fortemente dependentes de energia. Com exceção dos países industrializados, dotados de elevada capacidade de exportação competitiva, o fator energético tende a contribuir para desestabilizar politicamente as nações, a partir do não atendimento das naturais aspirações de progresso e bem-estar de seus povos.

Estamos diante, assim, de um problema que, sozinho, projeta conseqüências sérias no âmbito econômico, social e político, tornando cada vez mais incerto o futuro e dando motivos para apreensões até mesmo em nações sólidas, como os Estados Unidos, nos termos da conferência do senador Percy.

Na exposição do ministro Ernane Galvêas, a qual poder-se-á ler adiante, estão descritas suficientes razões para renovarmos nossa confiança no Brasil, na sua economia e no seu futuro como Nação e como expressão social e política de um povo.

De minha parte, a esse respeito, gostaria apenas de lembrar que, apesar do confuso panorama internacional, persistem motivos de sobra para a confiança empresarial no mercado brasileiro. O primeiro desses motivos é a correta execução da política econômica, concentrada, hoje, na tarefa de reduzir os índices de inflação. O segundo fator é a capacidade de reação da sociedade brasileira em

face das atuais dificuldades, realizando esforços para adaptar-se aos novos tempos.

O terceiro elemento tem natureza essencialmente política mas que opera reflexos de idêntica importância na orientação da economia: o Brasil amadurece o seu projeto de consolidar instituições democráticas.

Reúnem-se nesse quadro três das características mais marcantes de uma nação: dinheiro sadio, participação social e estabilidade política. Ou seja, economia com taxas controladas de inflação; confiança da sociedade no futuro e aplicação dos princípios de liberdade, incluindo basicamente a livre iniciativa econômica.

As oportunidades de investimento no mercado brasileiro permanecem atrativas, a despeito dos problemas conjunturais que o País atravessa. O setor mineral-metalúrgico, encabeçado pelo Grande Projeto Carajás, é uma fonte de investimento que está a merecer a atenção da comunidade de negócios. Localizado na Amazônia, Carajás representa talvez a última gigantesca fonte de matérias-primas essenciais para a economia ocidental.

Devo dizer com franqueza que não compreendo os motivos exatos da relativa retração dos investidores internacionais ante o mercado brasileiro. Certamente que as taxas de inflação de 1981 foram de uma magnitude desencorajadora. É necessário observar com atenção, no entanto, o comportamento da economia em 1981, assim como as diretrizes da política econômica para o corrente ano e as projeções para os anos seguintes.

Da parte das Organizações Brasilinvest, encaramos com fé o futuro: continuamos a investir, a fomentar negócios, a procurar sócios que desejem participar do desafio do desenvolvimento do Brasil. A expressão prática da nossa confiança é a transação que realizamos ao final de 1981, adquirindo a totalidade das ações da Standard Electrica S.A., empresa de telefonia subsidiária da International Telephone and Telegraph. Paralelamente, criamos uma nova empresa de telecomunicações, associada à Nec do Brasil, subsidiária da Nippon Electric, do Japão. Com essas duas operações, o Brasilinvest

Telecomunicações passará a deter cerca de 45% do mercado de telefonia do Brasil.

Constitui tarefa difícil para qualquer nação, principalmente para países de dimensão continental, como o Brasil, enfrentar simultaneamente os problemas naturais do processo de desenvolvimento econômico. Temos problemas porque temos demanda por mais energia, por exemplo; temos problemas porque recebemos as legítimas pressões de uma população crescente e que deseja melhorar seus padrões de vida; temos problemas porque o impacto de uma conjuntura internacional desfavorável acaba por refletir-se sobre a vida brasileira.

Registro, todavia, um elemento diferenciador: o Brasil tem problemas mas são problemas no contexto de um potencial de recursos naturais cuja adequada utilização poderá reverter em resultados positivos não apenas para a sociedade brasileira, mas para todo o sistema econômico ocidental.

A confluência de interesses deve, a meu ver, constituir o ponto de partida para relações mais estreitas entre os investidores internacionais e a economia brasileira. Esses interesses, por sua vez, precisam refletir a garantia de acordos de mútuo benefício; requerem a concretização de prosperidade para os negócios mas também para as nações e as sociedades que os acolhem.

Do ponto de vista do Brasilinvest — e creio que esse é o pensamento de boa parte do empresariado brasileiro —, a comunidade internacional de negócios se encontra diante de uma rara oportunidade de contribuir para a redução das tensões sociais e políticas existentes ainda em largas regiões do mundo, em especial nos países subdesenvolvidos ou mesmo naqueles que deram já início a um processo razoável de desenvolvimento.

As atividades econômicas entre os povos, ao contrário do que se diz, expressam, de fato, uma aspiração coletiva para o entendimento e a negociação. Às vezes, os condutores e intérpretes dessas aspirações se desviam do caminho e do objetivo desejado. No momento atual, para além dos go-

vemos, são os homens da iniciativa privada os timoneiros dos anseios por bem-estar dos povos.

Fica, assim, com todos nós e com cada qual de nós, essa responsabilidade de preservar a concórdia e o espírito de negociação entre os homens e as nações, simbolização do ideal maior de progresso dentro da liberdade.

Mario Garnero